



Anais da Assembléia

N.04

CURITIBA, SÁBADO, EM 1.º DE MARÇO DE 1986

ANO XII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO DA QUARTA
SESSÃO ORDINÁRIA, DA DÉCIMA LEGISLATURA
REALIZADA EM 1.º DE MARÇO DE 1986.

SÁBADO

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Quielse Crisóstomo.

As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Dirceu Manfrinato, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Homero Oguido, Iron-di Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Paulo Furiatti, Edilson Alencar, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Tércio Albuquerque, Tuguo Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes. Presentes ainda inúmeras autoridades civis, militares e eclesiásticas.

Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declara aberta e instalada a Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Décima Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Na presente sessão, conforme mandamento constitucional, será lida a Mensagem anual, em que o Senhor Governador do Estado dá conta da situação geral do Estado, e solicita as providências que julga necessárias.

Para receber Suas Excelências os Senhores José Richa, Digníssimo Governador do Estado, e o Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná e conduzi-los a este plenário, designo uma comissão integrada pelos Senhores Deputados Caíto Quintana, Nestor Baptista, Gilberto Carvalho e Airton Cordeiro.

Suspendo a sessão por alguns instantes, para aguardarmos a chegada de Suas Excelências.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está reaberta a sessão.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa:

Excelentíssimo Senhor José Richa, Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor João Elísio Ferraz de Campos, Vice-Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Coronel Aviador Arquimedes de Castro de Faria Filho, Comandante do 2.º Centro integrado de Defesa Aérea e Controle Aéreo;

Excelentíssimo Senhor Reverendíssimo Padre Gustavo Henrique Pereira Filho, Representante de Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba;

Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Prefeito Municipal de Curitiba;

Excelentíssimo Senhor Professor Alcy Joaquim Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Olivir Gabardo, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Quielse Crisóstomo da Silva, 2.º Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná;

Senhores Deputados, Secretários de Estado, demais autoridades, meus senhores e minhas senhoras. (Lê):

“A instalação da sessão legislativa ordinária de 1986, com a apresentação da mensagem sobre a situação geral do Estado pelo Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, é uma oportunidade para a reafirmação dos nossos compromissos conjuntos - Poder Executivo, Legislativo e Judiciário - com o bem geral do Paraná, que todos juramos promover.

O quadro de realizações do Governo Estadual em 1985, e a solicitação das medidas que julgar necessárias para este exercício, serão expostos pelo Senhor Governador dentro da tradição política de prestação de contas aos representantes do povo. Estamos prontos a ouvir Sua Excelência com o respeito que merece o Chefe da Administração Pública Estadual e, principalmente com o carinho que devotamos a este ilustre homem público que é o Governador José Richa.

Senhores Deputados:

Esta Legislatura se reúne num momento parti-

cularmente importante da vida brasileira, quando um amplo programa de estabilização econômica acaba de ser, pela via do Decreto-Lei - sentenciado à sociedade, na coroação de uma estratégia de combate à inflação e de mudança política. Em princípio, foi protegida a posição dos trabalhadores e das classes menos favorecidas, dentro da linha programática defendida pelas forças de mudança responsáveis pela Nova República.

Não obstante, por se tratar de uma medida de transição, o Governo Federal preferiu a via do Decreto-lei para implementá-la. Doutrinariamente, como defensores do sistema democrático, somos contrários ao recurso dessa figura, porque ela é um remanescente do regime autoritário que todos queremos esquecer. Reconhecemos porém, a transitoriedade porque passamos. As sociedades amadurecidas para a Democracia praticam todos os atos - inclusive os mais importantes - a partir de um amplo consenso social obtido mediante a discussão e articulação dos objetivos nacionais através da aprovação legislativa dos Parlamentos.

Por isso, o Brasil, que pretendemos ver consolidado como Democracia, também terá que se ajustar à regra da pactuação política dos interesses em conflito, através do Parlamento. Que a próxima Assembleia Nacional Constituinte permita a estruturação das técnicas políticas capazes de assegurar essa canalização da vontade social e de implementação eficaz dos planos propostos pelo Governo.

Com a renovação de nosso compromisso na busca da plena democratização do Brasil e de esperança em dias melhores para o nosso Paraná, saudamos o Senhor Governador, as ilustres autoridades e todos os presentes e declaramos instalado o ano legislativo de 1986."

A seguir, tenho a honra de passar a palavra ao Senhor Governador do Estado, para que faça a leitura da sua Mensagem e preste conta do seu governo.

O SR. GOVERNADOR JOSÉ RICHA — Excelentíssimo Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado;

Excelentíssimo Senhor João Elísio Ferraz de Campos, Vice-Governador;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Coronel Aviador Arquimedes de Castro Faria Filho, Comandante do 2.º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle Aéreo;

Reverendíssimo Padre Gustavo Pereira Filho, Representante de Sua Excelência Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba;

Excelentíssimo Senhor Deputado Adhail Spenger Passos, Vice-Prefeito e, neste ato, representando Sua Excelência o Senhor Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva;

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Olivir Gabardo, Presidente do Tribunal de Contas do Estado;

Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury,

1.º Secretário da Assembleia Legislativa;

Excelentíssimo Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, 2.º Secretário da Assembleia Legislativa;

Senhores Deputados, demais autoridades, minhas senhoras e meus senhores: (Lê):

"O ano que passou, foi um período singular da nossa história política.

Nele, vivemos as emoções de um instante mágico, de sonho e de esperança: a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República, desfecho do movimento popular que fulminou a abolição do regime autoritário.

Nele, vivemos os 38 dias mais longos da experiência política recente do nosso povo e compartilhamos o pesadelo e a tragédia do episódio que comoveu a Nação e fraudou as expectativas dos brasileiros: a agonia e a morte do Presidente.

Nele, acompanhamos, passo a passo, o despertar da Nova República.

Testemunhamos a dedicação e o esforço do Presidente José Sarney para assegurar a tranquilidade que o País necessita, na difícil caminhada para consolidação da democracia e da liberdade. Tranquilidade, que é condição essencial para a normalidade do projeto político que empolga a sociedade brasileira: a conquista, na Assembleia Nacional Constituinte, dos avanços políticos indispensáveis à correção dos caminhos do nosso processo histórico de desenvolvimento.

No cenário nacional, não foi um tempo de colheita. Foi uma estação de semeadura. As medidas liberalizantes e revisoras da legislação autoritária, adotadas pelo Congresso Nacional, ainda são incompletas, e não satisfazem as aspirações nacionais. A insuficiente redistribuição de tributos entre união, estados e municípios, foi um exemplo dessa limitação. Mas, foi um exemplo, também, embora tímido, do aprendizado que estamos iniciando, de convivência entre interesses divergentes e de diálogo entre opiniões contrárias, base e substância da vida democrática.

No âmbito do Executivo, as restrições da situação econômica, ainda difícil, agravada pela renitência do processo inflacionário, não diminuem os méritos da nova postura da administração federal adotada por expressa determinação do Presidente Sarney, concentrar esforços, recursos nas obras mais simples, aquelas que atendem as necessidades das populações carentes e desassistidas, descentralizar a execução privilegiando a ação conjunta com os estados mediante convênio e acordos.

Nesse processo o Paraná está sendo beneficiado, pois aqui estamos no começo da colheita; semeamos durante três anos em terreno fértil uma nova proposta de ação governamental; abrimos caminho à participação comunitária nas decisões, no encaminhamento, na execução, na fiscalização e na cobrança dos projetos implantados em todas as áreas.

A experiência adquirida neste contato permanente com os problemas, as necessidades e as aspirações

das comunidades têm feito do Paraná um parceiro ideal para o Governo da União, num momento em que ele define como prioridade o ataque aos problemas sociais da população brasileira, principalmente de seus segmentos mais despossuídos.

Um dos exemplos mais expressivos deste trabalho conjunto em nosso Estado é o Programa de Ações Integradas de Saúde em fase acelerada de execução. Trata-se da somatória de recursos de toda ordem: humanos, materiais e financeiros da União, do Estado e dos Municípios para atender a demanda de serviços primários de saúde. O Paraná teve grande facilidade para dar a execução deste Programa, assumindo posição de vanguarda entre as demais unidades da Federação. O diferencial é a prática em nosso Governo do trabalho cooperativo entre os órgãos estaduais e as prefeituras nas ações de saúde pública. Assim 278 municípios que representam 95 por cento da população paranaense já aderiram ao respectivo convênio celebrado entre o Estado e o Governo Federal.

Os projetos participativos que implantamos têm alcançado rendimento além das expectativas, graças ao sadio entusiasmo com que as comunidades, solidárias e cooperativas, se juntam à presença catalizadora do Governo para torná-las realidade.

O Programa de Mutirões Habitacionais, idealizado para contornar a profunda crise do Sistema Financeiro da Habitação, praticamente sem recursos quando assumimos o Governo, transformou-se em realidade. Enfrentando a descrença de muitos no início de nossa implementação, ele consolidou até ser reconhecido hoje pelo próprio BNH como uma das soluções mais válidas para contornar o impasse entre a exigüidade dos recursos e as necessidades da população. Edificamos em 1985 com recursos exclusivos do Tesouro Estadual, com apoio das Prefeituras e das comunidades e o esforço pessoal das famílias dos futuros proprietários, mais de 50 por cento do número de casas populares que foi possível construir com os recursos destinados ao Estado pelo Banco Nacional da Habitação.

Nesse Programa de grande significação social, conseguimos reduzir as prestações para um valor que varia de 7 a 8 por cento do salário-mínimo. Nos Programas Convencionais, financiados pelo BNH, as prestações para casas populares de idêntico nível chegam até 45 por cento.

Prioridade para o social: uma escolha que implica sem dúvida um lugar de honra para a educação. Antes da regulamentação da emenda Calmon, já vínhamos aplicando em Educação mais do que a Constituição Federal passou a exigir a partir deste ano. As ações setoriais desta área são as de domínio público: iniciativas para a democratização do ensino; aperfeiçoamento de currículos; suprimento automático a necessidades materiais das escolas; assistência e incentivo ao estudante e ao professor; ampliação da rede física escolar e tantas outras tiveram profunda influência no aperfeiçoamento do ensino da rede escolar oficial do Estado.

Seria necessário, porém, uma avaliação dos resultados de todos esses esforços para considerá-los válidos. Já dispomos desta avaliação: os níveis de evasão e repetência, um dos indicadores usados pelo Ministério da Educação para avaliar a evolução da qualidade do ensino, caíram em nosso Estado de 40 para 30 por cento, desempenho excepcional em termos de Brasil.

Em consequência desse resultado, o Ministério da Educação atribuiu ao Paraná aproveitamento de 100 por cento na análise que realiza para avaliar a eficácia da utilização das verbas que repassa aos Estados. Além disso, recomendou aos órgãos estaduais que visitassem o Paraná, para conhecer a experiência que aqui se realiza, no setor.

Não é diferente o que ocorre na área de Segurança Pública. Os esforços para reaparelhar os órgãos policiais e reciclar o pessoal, foram compensadores. Entre outras medidas, equipamos 160 delegacias que não dispunham de radiocomunicação, 111 que não possuíam telefone e 140 que não contavam com armamento de grosso calibre. Instalamos telex nas unidades regionais e nos comandos.

Criamos os conselhos de segurança, ao nível de municípios e de regiões, para promover uma integração cada vez maior entre o policial e a comunidade. Mas, esta integração exige preparo e qualificação. Para isso, proporcionamos aos nossos policiais 19 mil horas-aula, em cursos de aperfeiçoamento e especialização, o mesmo número que a Escola de Polícia havia ministrado em 30 anos entre 1952 e 1982. Grande parte desse esforço educativo teve o propósito de criar uma consciência, nos efetivos das diversas corporações, de que o dever das instituições policiais é servir a comunidade e assegurar, ao cidadão, tranquilidade e segurança.

Reestruturamos o DETRAN. Também nesse setor, avaliações neutras, objetivas, independentes, nos favorecem. As companhias seguradoras, quem em 1982 consideravam o Paraná um dos estados de maior risco para estabelecer as condições de seus seguros, mudaram de critério. Hoje, estamos classificados entre os de menor risco. Esta atitude foi consequência da queda, de 25 para 4, na média diária de veículos furtados, em nosso Estado, entre 1982 e 1985.

As manifestações culturais do povo paranaense, incluindo-se o desporto, foram incentivadas, com a interiorização e a ampliação das oportunidades. Estruturamos, em 1985, a Orquestra Sinfônica do Paraná; instituímos o Festival da Música Antiga de Curitiba, e mudamos radicalmente a filosofia e a prática do Festival de Música de Londrina; criamos o primeiro centro de restauro de telas e papéis do Sul do País — um dos três existentes no Brasil. A reorganização dos jogos escolares ampliou, de uma média de 3 mil, para 50 mil, o número de participantes. Com esse esforço o Paraná tornou-se o terceiro mais importante pólo de desporto escolar do País, depois de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Ampliamos a infra-estrutura econômica básica. Também aí predominou a preocupação com as implicações sociais das obras empreendidas.

No setor rodoviário, os principais programas em execução objetivam proporcionar, especialmente aos pequenos fazendeiros e sitiantes que trabalham e produzem em regiões afastadas das estradas-tronco, acesso mais fácil e mais econômico aos mercados e aos núcleos urbanos onde estão disponíveis serviços essenciais como escolas, unidades de saúde, centros comerciais e bancários.

No final de 1985, as obras concluídas, em construção e já lícitas para contratos representavam, em pavimentação, seis por cento a mais do que as metas estabelecidas até o fim do Governo; a construção de pontes ultrapassara em 65 por cento o previsto; os demais programas acompanhavam os cronogramas propostos.

No setor de energia, o programa de eletrificação rural prossegue como uma das principais prioridades do Governo. Estamos pagando, com ele, a grande dívida que o Paraná tem para com os seus produtores rurais, heróis que sustentaram, por muito tempo, a quase totalidade do esforço de desenvolvimento do Estado. A meta inicial, de 80 mil propriedades a serem eletrificadas até o fim do Governo, foi expandida, em uma primeira revisão, para 100 mil. Depois, reajustamos essa previsão para 120 mil. Conseguimos com esse feito - construir mais, com os mesmos recursos com o emprego de tecnologias alternativas mais simples nos projetos e escolha de materiais mais baratos, sem prejuízo da qualidade das obras. Obtivemos a concordância do Banco Mundial, financiador do programa, para que a economia obtida fosse aplicada no aumento das ligações.

A inédita campanha CLIC Urbana, para ampliar o cumprimento de energia às famílias de baixa renda, na periferia das principais cidades do Estado, ultrapassou, também, a dimensão inicialmente prevista. A meta era atender em torno de 6 mil famílias. Só em 85 foram feitas 33.500 novas ligações e o número total de famílias beneficiadas, em dois anos de vigência do programa, é superior a 46 mil.

No momento de crise econômica em que vivemos, com os segmentos mais carentes das populações sofrendo em maior intensidade os problemas da inflação e da carestia, a dimensão social desse programa é de uma evidência indiscutível.

A COPEL oferece condições especiais para essas instalações. Os usuários que ganham menos de 2 salários-mínimos são financiados pela empresa sem juros e sem correção monetária. Vale destacar que, pela primeira vez em sua história, a empresa realiza investimentos de tal porte com objetivos nitidamente sociais.

No manejo integrado de solos e de água, programa que envolve vários órgãos da administração, mais de um milhão de hectares de terras já estão sendo beneficiados. Iniciativa também inédita, no País, já serve de modelo para projetos idênticos em outros estados.

Atende a objetivos da maior significação, para o desenvolvimento futuro do Paraná: aumentar a produtividade das lavouras nas propriedades assistidas; educar o pequeno produtor rural e despertar sua consciência para a necessidade e as vantagens das práticas preservacionistas, mostrando que ele também auferir lucro pessoal, quando defende o patrimônio comum.

Em linha de ação semelhante, o programa de manejo integrado de pragas está revolucionando as práticas agrícolas no Estado. Nele estão envolvidas entidades estaduais de assistência rural, pesquisa, comercialização agrícola e fiscalização do meio ambiente. Participam, também, com grande entusiasmo, as cooperativas de produtores agrícolas. Sua dimensão pode ser avaliada por um único número: os produtores obtiveram, o ano passado, uma economia próxima dos 100 bilhões de cruzeiros - a preços de janeiro de 1986 - só com a diminuição de agentes químicos normalmente usados nas lavouras, e que não tinham controle, antes da implementação do programa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Para alguns, pode parecer uma obsessão nossa a insistência em destacar, sempre, com tanta ênfase, as atividades e preocupações do Governo no campo social. Sei que, assim procedendo, dou a impressão de esquecer ou não levar em conta as atividades do Executivo que se desenvolvem em outras áreas fundamentais da administração, onde os recursos manejados, o volume das obras físicas realizadas e as dimensões dos projetos são muito maiores.

A razão é simples. Os paranaenses devem ter na memória a veemência com que falávamos quando, nas praças públicas, combatíamos os governos autoritários, criticávamos as prioridades atribuídas ao econômico, em detrimento do social; reclamávamos do desprezo com que as classes menos favorecidas, os cidadãos mais humildes, eram encarados nos planos, programas e ações governamentais. A grande temática da nossa pregação, naquelas oportunidades, foi a dívida social que penalizava, e ainda penaliza os brasileiros, principalmente os desassistidos e marginalizados.

Não é de estranhar, portanto, que na chefia do Poder Executivo do nosso Estado, cumprindo um mandato que o povo paranaense houve por bem nos confiar, em decorrência, especialmente, daqueles princípios que defendíamos, assim nos comportemos. Não poderíamos renegar o discurso do passado, ao conduzir as ações do presente.

Na parte que se segue a esta Introdução, e que se constitui no essencial da Mensagem à Assembleia Legislativa, de acordo com que determina a Constituição do nosso Estado, Vossas Excelências irão encontrar, em detalhes, as informações essenciais sobre os principais programas, projetos e planos que estão sendo conduzidos pelo Governo; as providências e ações básicas para realizá-los; os argumentos que, na visão do Executivo, justificam sejam acelerados ou reduzidos em seu ritmo de trabalho.

Lá, estão registrados acontecimentos de maior vulto: obras rodoviárias; empreendimentos nos sistemas de geração e transmissão de energia; reaparelhamento e reformas no Porto de Paranaguá; expansão das redes físicas de saneamento básico, movimento das principais contas do Estado, desempenho dos programas de fomento à economia, de responsabilidade das instituições financeiras estaduais, enfim, tudo aquilo que representa a continuidade da ação governamental, de governo a governo, com esta ou aquela diferença de enfoque, no ritmo, na maneira de trabalhar.

O que desejávamos ressaltar nesta Introdução, na oportunidade em que temos a honra de, mais uma vez, falar a Vossas Excelências em uma solenidade de abertura dos trabalhos legislativos, é a lealdade e o empenho com que estamos procurando cumprir o compromisso de mudanças, assumido com o povo do Paraná, nas praças públicas.

Mudanças. Principalmente, de conteúdo. Mudanças. Para aperfeiçoar o relacionamento entre o poder e a cidadania. Mudanças. Com o objetivo de levar à prática as formulações programáticas essenciais que apresentamos aos paranaenses, como proposta de Governo. No sentido da democratização do poder. No caminho da participação comunitária. Na prática da austeridade e do respeito pela coisa pública.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O mesmo povo que nos conduziu à chefia do Poder Executivo outorgou, a Vossas Excelências, o mandato para representá-lo nesta Casa. Temos certeza, portanto, de que as mudanças que os paranaenses exigem são, também, sagrado compromisso para cada um dos membros desta Assembléia. Estamos juntos, portanto, nessa grande caminhada. Mas há muito caminho, ainda, a caminhar.

Há problemas ingentes à espera de soluções. Entre eles, certamente o mais grave, o mais dramático, o mais urgente, é o das populações marginalizadas, as famílias dos sem-terra à procura de um chão, ou aquelas que, expulsas do campo, vegetam em condições subumanas de existência nas periferias das cidades.

Na Região Metropolitana de Curitiba, por exemplo, estamos ameaçados de ver repetido o caótico processo que deteriorou e ameaça destruir a convivência entre os homens, na maioria das metrópoles do mundo.

Nos dois casos, o Governo esteve em permanente alerta, à procura de soluções. O Paraná inteiro conhece, e Vossas Excelências mais do que ninguém, tudo que até agora fizemos em programas de assentamentos rurais. Nesse particular, mesmo antes da Lei da Reforma Agrária, nenhum outro Estado brasileiro realizou o que realizamos nessa área. Entretanto, conhecemos e reconhecemos as limitações do Poder Executivo estadual. Infelizmente, não são nossos os instrumentos capazes de oferecer soluções definitivas para questões dessa ordem.

Quanto à Região Metropolitana de Curitiba, es-

tamos finalizando, após estudos e pesquisas realizadas com a maior competência pela Secretaria do Planejamento, um programa de grande porte com propostas para uma abordagem integrada dessa complexa problemática.

A implementação das ações previstas, nesse programa, exigirá, inclusive, financiamentos de instituições internacionais, como o Banco Mundial e o BID, além das entidades federais pertinentes. Felizmente para nós e para o Paraná, está nas mãos de um paranaense probo, capaz, experiente, integrante da nossa equipe de Governo até dezembro passado — falo do Ministro Deni Schwartz — o mais importante órgão da administração federal nesse setor: o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

A presença do ex-Secretário dos Transportes do nosso Governo no mais alto escalão da República vai honrar o Paraná. Acompanha-o a experiência de um trabalho que sintetizou, com perfeição, a concepção que temos sobre o modelo de desenvolvimento que melhor atende às expectativas da Nação brasileira: aquele que, privilegiando o domínio do social atribua ao econômico, ao tecnológico, ao científico e ao cultural papel decisivo, também, na construção de uma sociedade industrial moderna e socialmente avançada, único instrumento capaz, nas condições do mundo em que vivemos, de promover a justiça social que todos nós desejamos.

Temos a consciência tranquila, Senhores Deputados, tanto sobre o que realizamos, quanto sobre o que nos foi impossível fazer, no exercício da missão que o povo paranaense nos confiou. Mesmo porque, na mente e no coração, guardamos a dura advertência que, em nossa juventude, colhemos nos Sermões do Padre Antônio Vieira: "Sabei, cristãos, sabei, príncipes, sabei, ministros, que se vos há de pedir estreita conta do que fizestes, mas muito mais estreita do que deixastes de fazer".

Do que fizemos, temos o dever de agradecer a colaboração permanente do Governo Federal, concretizada através de inúmeros convênios, em todas as áreas da administração. Não poderíamos, entretanto, deixar de prestar especial homenagem — em nome do Paraná, tenho certeza — àqueles paranaenses que, tanto nos assuntos administrativos como nos políticos, fez o possível e tentou, muitas vezes, o impossível, para servir o nosso Estado. Falo do ex-Ministro Afonso Camargo, a quem o Paraná tanto deve.

Desta Casa, jamais nos faltou, até agora, a compreensão, o respeito, o apoio nos momentos necessários. Temos a certeza de que, com a cooperação leal e franca, construtiva e, ao mesmo tempo, crítica, preste do espírito público e da generosidade cívica de Vossas Excelências, o nosso governo desempenhará o seu ciclo final, consolidando o projeto renovador a que se propôs.

Idêntica confiança temos que, ao manifestar ao Poder Judiciário do nosso Estado, exemplo da inde-

pendência que devemos manter no cumprimento dos deveres que a Constituição e as leis nos impõem.

Os desafios que o País tem pela frente, graves, em todas as dimensões que os analisemos, vão exigir muito da capacidade de trabalho, de entusiasmo, e até de sacrifício, das gentes do Paraná. Cabe a nós, governantes, que integramos as diversas esferas do Poder, lhes oferecer o exemplo.

O futuro caminha, acelerado, em direção ao presente. Tenho certeza de que nossas instituições estão preparadas para dignificar a missão que a sociedade lhes atribui, e, a cada instante, lhes cobra."

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Esta Presidência quer se penitenciar com o ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, que nesta oportunidade, representa o Sr. Prefeito Municipal, Roberto Requião.

Informa-nos o Governador do Estado que tem outra Mensagem a apresentar à Assembléia, e assim sendo, passo a palavra a Sua Excelência.

O SR. GOVERNADOR JOSÉ RICHA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais autoridades aqui presentes.

Trouxe para assinar aqui, neste instante, uma Mensagem que reputo muito importante: é aquela que regulamenta a EMENDA 17.

E fiz questão de trazer para assinatura aqui, como uma homenagem à Assembléia que, através de todos os seus membros, especialmente do Presidente, Deputado Nilso Sguarezi, que tanto lutaram para que esta aspiração, sobretudo dos pequenos municípios, fosse concretizada.

Todos acompanharam o interesse que dedicamos a esta matéria, intermediando o acerto entre os interesses das diversas Prefeituras, médias, pequenas ou grandes.

Entretanto, a falta de um entendimento entre as

prefeituras, estava até colocando em risco o bom relacionamento que deve existir entre todas as esferas administrativas, para que possamos, nesta hora de crise, tirar o máximo de rendimento administrativo em favor da nossa população.

Então, muito sensível aos reclamos dos prefeitos dos pequenos municípios, e sensível graças ao debate aqui travado nesta Assembléia, pudemos recolher os subsídios que acabaram redundando na possibilidade da regulamentação desta emenda. E, como evidentemente, qualquer modificação implica em ganhos a algumas prefeituras, e em perdas a outras, o Tesouro Estadual, através desta proposta que, neste instante, vou assinar e já deixar aqui na Assembléia, o Tesouro Estadual banca as perdas dos municípios que, em consequência desta regulamentação, ocorreriam.

Portanto, quero prestar aos Senhores Deputados, especialmente ao Presidente da Assembléia, Nilso Sguarezi, que tinha um projeto tramitando na Casa, a homenagem através da assinatura aqui perante os senhores desta Mensagem.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Da mesma

Comissão anteriormente designada e ainda com a presença que agora esta Presidência designa, do ilustre Deputado Donato Gulin, solicito aos Senhores Deputados que acompanhem Suas Excelências o Governador José Richa e o Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, enquanto Suas Excelências permanecerem na Casa.

Antes do encerramento desta sessão, a Presidência desta Assembléia deseja agradecer a presença de todas as ilustres autoridades que aqui vieram ilustrar esta solenidade e convoca todos os presentes para ouvirmos o Hino Nacional, após o que, estará encerrada a sessão.

(É executado o Hino Nacional)